



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/12/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Sabesp aprova plano de investimento de R\$ 47,4 bilhões até 2028

A Sabesp anunciou nesta segunda-feira (18) que seu conselho de administração aprovou plano de investimento de R\$ 47,4 bilhões entre 2024 e 2028 e que o pacote de desembolsos contempla o projeto de despoluição do rio Tietê, chamado de Integra Tietê.

O valor representa um incremento de cerca de 81% em relação ao plano de investimentos 2023-2027, de R\$ 26,2 bilhões, segundo dados da Sabesp.

O Projeto Integra Tietê prevê 590 quilômetros de interceptores e coletores troncos além de 6 mil quilômetros de redes coletoras, além de ampliação de 14 metros cúbicos por segundo em capacidade de tratamento, segundo dados apresentados pela Sabesp no final de agosto.

Em março, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Estado de São Paulo afirmou que a Sabesp vai investir cerca de R\$ 4 bilhões até 2026 no programa de despoluição do Tietê.

A Sabesp afirmou ainda nesta segunda-feira que o valor aprovado do investimento não inclui os efeitos do processo de privatização da companhia, que prevê ampliação da área de concessão e antecipação de metas de universalização.

Na semana passada, a PGR (Procuradoria-geral da República) divulgou um parecer defendendo que parte do decreto publicado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) em agosto —facilitando o processo de privatização da Sabesp— é inconstitucional.

Em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), a procuradora-geral interina, Elizeta Maria de Paiva Ramos, acatou parcialmente uma ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo PSOL e PT. Em nota, o Governo de São Paulo disse que vai prestar todos os esclarecimentos adicionais ao STF.

O decreto contestado é o 67.880/2023, publicado em agosto de 2023, que regulamenta a adesão dos municípios às Uraes e a estrutura de governança do conselho deliberativo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de dezembro.

Revisão da vida toda do INSS está pronta para ser julgada, mas decisão ficará para 2024

A ação que discute a revisão da vida toda está pronta para ser julgada no plenário físico do STF (Supremo Tribunal Federal), mas a decisão final ficará apenas para 2024, assim como deve ocorrer com outros temas previdenciários em análise na corte.

O motivo é o recesso do Judiciário, que começa nesta quarta-feira (20) e vai o final de janeiro, com a retomada dos julgamentos em fevereiro. A reportagem da Folha consultou advogados e levantou os cinco processos que envolvem o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) mais importantes no Supremo.

A corte começará o ano com nova composição, ao incluir o ministro da Justiça, Flávio Dino, como um de seus integrantes, o que pode trazer reviravoltas e mais espera em processos já em andamento. O motivo é que novos ministros costumam pedir vista —tempo maior— para analisar temas complexos.

Além da revisão da vida toda, que discute o direito de o segurado do INSS incluir no cálculo da aposentadoria os salários mais antigos, há questionamentos sobre as mudanças na aposentadoria especial feitas na reforma da Previdência, a exclusão de menores sob guarda no direito à pensão por morte, o reconhecimento da aposentadoria especial do vigilante e a alta programada para quem solicita o auxílio-doença.

Para Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), as ações mais importantes no Supremo no que diz respeito ao direito previdenciário são a da revisão da vida toda e a que discute as regras da aposentadoria especial após a reforma de 2019.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de dezembro.

Economistas voltam a reduzir previsão para inflação neste ano

O mercado reduziu a perspectiva para a inflação e para a taxa de câmbio neste ano, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (18).

A perspectiva para a alta do IPCA este ano caiu a 4,49%, de 4,51% na semana anterior, ficando abaixo do teto da meta depois que dados divulgados na semana passada mostraram que a inflação acumulou nos 12 meses até novembro avanço de 4,68%.

Para 2024 a conta no levantamento que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos seguiu em 3,93%, bem como em 3,50% para os dois anos seguintes.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda ajuste na perspectiva para o dólar, que deve encerrar este ano a R\$ 4,93, contra R\$ 4,95 no levantamento anterior. Em 2024, a projeção para a moeda norte-americana seguiu em R\$ 5.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento para este ano e o próximo seguiu em 2,92% e 1,51% respectivamente.

Também não houve alteração no cenário para a política monetária, com a taxa básica de juros ainda calculada em 9,25% ao final de 2024 depois de o Banco Central ter cortado a Selic em 0,5 ponto percentual, a 11,75%, na última reunião do ano, afirmando que sua diretoria antevê cortes na mesma intensidade nas próximas reuniões.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de dezembro.

ICMS vai se recuperar em 2024, afirma secretário de Fazenda de SP

A arrecadação do ICMS no estado de São Paulo deve voltar a crescer em 2024, segundo o secretário de Fazenda do estado, Samuel Kinoshita, mas com um desempenho modesto, após ter ficado em 2023 no menor patamar em dez anos na comparação com o tamanho da economia paulista.

Em entrevista à Folha, Kinoshita falou sobre as projeções de receitas e despesa do Orçamento para o próximo ano, aprovado na semana passada pela Assembleia Legislativa, e também sobre as perspectivas de arrecadação com tributos e operações de desestatização, como a venda da Sabesp, e um possível aumento do ICMS.

Em relação às despesas, o secretário disse que não estão previstos cortes nas áreas mais sensíveis do Orçamento paulista, como saúde, educação e segurança pública em 2024.

Segundo ele, por causa da nova metodologia de apresentação da peça orçamentária, que retira do orçamento das secretarias a despesa com Previdência, o valor destinado a cada pasta no próximo ano apresenta queda em relação ao que foi aprovado para 2023.

Quando se considera a despesa do ano passado excluídos os inativos, no entanto, a previsão é de aumento de gastos nessas áreas.

No caso da Secretaria de Educação, também houve um ajuste para baixo por causa da nova forma de contabilização do Fundeb (fundo nacional da educação básica), mas sem que haja de fato corte nesse orçamento, segundo o secretário.

Existe um desafio com relação a 2024. A nossa principal fonte de arrecadação, que é o ICMS, passa por um momento mais desafiador. Para além da questão do nosso principal tributo, a gente tem um cenário político, geopolítico e monetário internacional que confere uma perspectiva algo incerta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de dezembro.